

## SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	5
<i>PREFÁCIO</i> – Profa. ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	9
<i>OBJETO DO TRABALHO</i> .....	17

### PARTE I – ANTECIPAÇÃO DA PROVA NO CONTEXTO DA TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

#### *Capítulo I – PREMISSAS CONCEITUAIS*

1. prova judicial, extrajudicial e pré-constituída .....	23
2. segue: meios e produção de prova .....	32
3. meios de prova e meios de investigação .....	36
4. pré-constituição da prova e elemento subjetivo dos interessados .	40
5. pré-constituição e produção antecipada da prova .....	44

#### *Capítulo II – ANTECIPAÇÃO DA PROVA E ÔNUS*

6. ônus como perspectiva <i>negativa</i> da prova .....	46
7. ônus da prova, interesse das partes e interesse público .....	49
8. segue: interesse público e antecipação da prova .....	53
9. ônus da prova <i>subjetivo</i> e <i>objetivo</i> : exame crítico .....	56
10. segue: ônus objetivo e irrelevância na iniciativa da prova (crítica)	60
11. ônus da prova subjetivo: avaliação de riscos e de chances pelas partes .....	65
12. ônus de produzir prova antecipadamente para evitar o processo e o julgamento estatal: os mecanismos de instrução preliminar dos sistemas de <i>common law</i> .....	72
13. segue: antecipação da prova e ônus relacionados à sucumbência (no processo declaratório) .....	80

14. ônus de pré-constituir prova para obtenção de êxito em juízo (“prova melhor”) .....	84
15. inversão do ônus da prova pela lei ou pelo juiz .....	86
16. segue: momento da inversão e ótica das partes .....	89
17. segue: relação entre o ônus da prova e a pré-constituição ou antecipação da prova .....	97
18. ônus da prova, ônus do tempo e antecipação da prova .....	104
19. conclusão do capítulo .....	109

### ***Capítulo III – ANTECIPAÇÃO DA PROVA E PODERES DE INSTRUÇÃO DO JUIZ***

20. iniciativa probatória oficial e ônus das partes .....	113
21. poderes de instrução: intensidade determinada a partir de elementos contidos na relação de direito material (direitos indisponíveis) .....	118
22. segue: desigualdade substancial das partes .....	126
23. segue: iniciativa probatória oficial e imparcialidade .....	129
24. antecipação da prova (fora das hipóteses de urgência): novas perspectivas para o poder de instrução do juiz .....	136
25. segue: produção antecipada da prova e limites à iniciativa oficial .....	139
26. segue: indisponibilidade do direito material, desigualdade das partes e antecipação da prova .....	142
27. conclusão do capítulo .....	146

### ***Capítulo IV – ANTECIPAÇÃO DA PROVA E DEVERES DAS PARTES***

28. dever, ônus e sujeição em matéria de prova .....	148
29. deveres de lealdade e de colaboração (em tema de prova): relevância do direito material debatido? .....	151
30. dever de veracidade e momento de constituição da prova .....	154
31. segue: dever de veracidade e “dever geral de informação” .....	159
32. dever de colaboração (na prova) e princípio do contraditório .....	163
33. segue: contraditório visto como participação voltada à formação do convencimento das partes .....	168
34. deveres de colaboração e cooperação: exame na perspectiva da prova produzida no processo declaratório .....	173
35. segue: colaboração das partes e providências de instrução preliminares ou antecipadas .....	179
36. dever de colaboração das partes e poder de instrução do juiz .....	181
37. dever de pré-constituição da prova: comportamento das partes diante da eventualidade da disputa judicial .....	187
38. segue: dever de não pré-constituir prova ilícita .....	193

39. segue: pré-constituição da prova e abuso de direito .....	194
40. segue: dever de valoração da prova pré-constituída .....	199
41. conclusão do capítulo .....	205

### *Capítulo V – ANTECIPAÇÃO E DIREITO À PROVA*

42. conteúdo do (assim denominado) direito à prova: em particular, o direito à respectiva obtenção .....	207
43. direito à prova e investigação .....	212
44. segue: investigação estatal (em particular aquela realizada pelo Ministério Público) .....	222
45. direito à prova e direito de provar: delimitação conceitual .....	232
46. direito à prova: exclusão de hipóteses situadas no direito material	235
47. segue: ainda o direito à prova e o direito material (relevância metodológica) .....	237
48. segue: direito à prova e direito processual material .....	242
49. direito à prova: exclusão da produção antecipada com natureza cautelar .....	243
50. direito à prova e certeza .....	245
51. segue: caráter preventivo da declaração do direito, da atuação jurisdicional e da produção autônoma da prova .....	251
52. segue: prova e influência .....	257
53. direito à prova e declaração de mero fato .....	264
54. produção antecipada da prova e escopo jurídico da jurisdição .....	270
55. segue: prova antecipada como instrumento para consecução do escopo social da jurisdição .....	274
56. segue: atividade estatal substitutiva e atividade das partes na pré-constituição da prova .....	280
57. segue: antecipação da prova e valoração pelo órgão estatal .....	290
58. segue: valoração da prova a partir de mecanismos de solução alternativa de controvérsias .....	294
59. segue: intervenção estatal necessária .....	299
60. conclusão do capítulo (e da Parte I) .....	303

## **PARTE II – DIREITO À ANTECIPAÇÃO DA PROVA FORA DAS HIPÓTESES DE URGÊNCIA – PROPOSTA DE TEORIZAÇÃO**

### *Capítulo VI – DIREITO À PROVA E DIREITO DE AÇÃO*

61. premissas metodológicas .....	309
62. natureza jurídica do direito à prova .....	312
63. segue: direito à prova como direito autônomo e concreto .....	317

64. segue: o Estado (e não o adversário) como sujeito passivo .....	323
65. natureza dúplice do direito à prova? .....	327
66. autonomia do direito à prova e limites ao respectivo exercício ....	332
67. interesse de agir: necessidade da antecipação e da prova .....	339
68. segue: necessidade da prova para a busca de soluções de auto- composição .....	346
69. segue: adequação da antecipação e da prova .....	351
70. segue: interesse de agir e consideração da viabilidade do processo declaratório .....	353
71. segue: limites à cognição no processo no qual se antecipa a prova	356
72. segue: resultado da prova antecipada e direito material .....	360
73. legitimidade .....	363
74. legitimação extraordinária: antecipação “coletiva” da prova .....	369
75. segue: litisconsórcio (facultativo e necessário) .....	374
76. segue: terceiro juridicamente interessado .....	381
77. admissão ou não-exclusão da prova (possibilidade jurídica) .....	385
78. identificação da demanda: partes, pedido e causa de pedir .....	387
79. segue: identidade de demandas pelas partes .....	390
80. identidade de demandas pelo objeto (pedido e respectivos funda- mentos) .....	392
81. universalidade do direito à prova .....	403
82. segue: óbices culturais, sócio-econômicos e jurídicos .....	405
83. direito à prova e tutela jurisdicional .....	412

### *Capítulo VII – PERSPECTIVA DO PROCESSO*

84. premissas .....	415
85. produção antecipada de prova .....	416
86. justificação .....	422
87. exibição de documentos .....	428
88. arrolamento de bens .....	436
<b>CONCLUSÃO</b> .....	441
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	447